



A Paraíba e suas experiências de Ombudsman

Sandra Moura¹
Marcella Machado²

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo: O jornalismo paraibano registrou, na década de 1990, experiência de implantação de espaço de crítica dos jornais, por meio da coluna (Re) Visão. Neste período, o jornal *Correio da Paraíba* firmou convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para que dois professores exercessem esse papel de críticos. Mais adiante, com a saída dos dois docentes, o jornal manteve o formato da coluna de ombudsman, dessa vez com um jornalista que havia editado o periódico. Antes mesmo dessa experiência do jornal diário *Correio da Paraíba*, o semanário *A Tribuna* viveu, por um período curto, a experiência de crítica, com a coluna “fidibeque”. Essas vivências da crítica cotidiana dos jornais paraibanos serão relatadas e analisadas nessa proposta de trabalho que ora submetemos ao SBPJor. Examinaremos, entre outros aspectos, o contexto em que essas experiências ocorreram, as relações estabelecidas com a redação e os leitores.

Palavras-chave: ombudsman; crítica de mídia; jornalismo paraibano.

¹ Sandra Moura, Professora do mestrado Profissional em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Doutora em Comunicação e Semiótica/PUC-SP. E-mail: sandramoura55@gmail.com

² Marcella Machado, Jornalista formada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: sandra-moura@ccta.ufpb.br

1. Ouvidoria e Ombudsman: um breve histórico

A figura do “ouvidor” na sociedade data da Roma antiga, quando da existência dos “tribunos da plebe”, responsáveis por representar os cidadãos romanos de todas as classes, na defesa de direitos e para levar aos senadores as reivindicações do povo. No Brasil, com a divisão territorial em Capitânicas Hereditárias, ouvidores indicados pelo Rei de Portugal, exerciam atribuições junto com os Governadores Gerais (MENDES, 2002). Entre suas atribuições estavam o poder de lavrar e promulgar leis, estabelecer Câmaras de Vereadores, atuar como comissários de justiça e ouvir as reivindicações e reclamações da população sobre improbidades e desmandos administrativos dos servidores do governo.

O conceito de *ombudsman* propriamente surgiu na Suécia, em 1713. Esse papel de ouvidor-geral, na tradução do termo, “aquele que representa”, foi oficializado no país em 1809, com a Constituição sueca. No Brasil, em 1823, inspirado na experiência estrangeira, tentou-se encaminhar um projeto de lei para que fosse criada a figura do *ombudsman* nacional. A proposta apresentada por um deputado foi rejeitada pelo Parlamento Imperial. A ideia de uma ouvidoria ressurgiria no país por volta da década de 1960 e só seria efetiva após a redemocratização, a partir de 1985.

Na concepção sueca, de acordo com Costa (2006) o *ombudsman*, nomeado pelo governo, teria a tarefa de ouvir as queixas dos cidadãos contra os servidores ineptos e os desmandos da burocracia. Entre outras áreas, também haveria o *ombudsman* de imprensa. A partir de então, esse representante dos cidadãos, na intermediação entre burocracia e indivíduo, seria adotado por diversos países, pelo menos dezoito deles, até 1975, segundo Leite (1975).

Na imprensa, os pioneiros na adoção do *ombudsman* foram o jornal japonês *Asahi Shimbun*, em 1922 e o norte-americano, *The Courier-Journal*, em Louisville, no Estado de Kentucky, em 1967 (COSTA, 2006). Há controvérsias quanto ao periódico do Japão, já que as críticas não eram publicadas, tornando-se apenas um instrumento de análise e aprimoramento interno, diferente da função pública do *ombudsman*.

É a partir da década de 1960 que o *ombudsman* surge com a proposta de se tornar um canal entre o veículo e os leitores, em iniciativas com as do *Courier-Journal* e no *Washington Post*, no Estados Unidos da América e na Europa, com o *El Pais* e o *Le*

Monde. No Brasil, o conceito chega pela *Folha de S. Paulo*, em 1989, tendo como primeiro *ombudsman* o jornalista Caio Túlio Costa. De acordo com Costa (2006), a presença de um ouvidor na imprensa brasileira, responsável pela acuidade da informação não era um luxo, mas uma necessidade diante de um quadro de jornalistas que preocupavam-se mais com a opinião do que com a exatidão.

Como o primeiro do Norte/Nordeste e o segundo do país, disputam o título as colunas criadas no jornal *Correio da Paraíba*, em 1991, tendo como *ombudsmans* os jornalistas e professores Alarico Correia Neto e Carmélio Reynaldo - em uma primeira fase - e o jornalista Rubens Nóbrega, em 1995, e do diário cearense *O Povo*, em 1994. Esse pioneirismo não é reivindicado pelo periódico paraibano, mas uma outra iniciativa, a do semanário *A Tribuna*, por volta de 1985, tendo como críticos os jornalistas Alarico Correia Neto e Fernando Moura demonstra que a crítica pública de jornais já ocorria no estado, como precursor do que viria ser a do *Correio*.

Enquanto atividade, Giangrande e Figueiredo (1997, p. 26), definem o *ombudsman* “como um instrumento a ser utilizado para despertar a cidadania, não apenas desenvolvendo a noção dos direitos, mas também transformando as pessoas de sujeitos a protagonistas”. Da sua experiência como *ombudsman*, Caio Túlio Costa define as atividades do ‘representante dos leitores’:

Dessa atividade de jornalismo comparado resulta diariamente a crítica interna e externa, de duas ou três laudas datilografadas, distribuídas por volta do meio-dia para redação, sucursais e correspondentes. Eram tópicos onde se discutia a acuidade da informação sobre determinado evento, principais ou secundários. Garimpavam-se no jornal as omissões, os erros factuais e de interpretação, os vícios, os preconceitos, tudo capaz de valer comentário de caráter correccional e pedagógico. Muitos jornalistas não diferenciam, por exemplo, mandado de mandato, trocam facilmente milhão por bilhão, confundem porcentagem por pontos percentuais, erram nas operações aritméticas mais simples, formulam títulos dissociados do conteúdo dos textos, esquecem ou têm preguiça de ouvir o ‘outro lado’... A crítica era também o melhor suporte para a inclusão de reclamações específicas de leitores, aquelas de conteúdo didático, exemplo para outro jornalista não repetir equívocos semelhantes (COSTA, 2006, p. 24).

Ler as edições do jornal como um leitor comum e como um profissional do jornalismo eram as habilidades desempenhadas pelos ouvidores. Embora visto como um defensor do público, o *ombudsman* não assumia o papel de um advogado que aceita uma defesa mesmo consciente do erro do cliente (COSTA, 2006). De acordo com Mendes, (2002, p.17-18), como representante dos leitores o *ombudsman* tem o compromisso

de respeitar a opinião do público, “o que não quer dizer que ele vá sempre concordar com a opinião dos leitores e defender o ponto de vista deles. O ‘representante do leitor’ não é passivo e sem opinião”.

A Organização Mundial dos Ombudsmans de Imprensa, definiu, em 1982, Diretrizes para Ombudsmans de Imprensa. Entre os objetivos e deveres desses ouvidores está aperfeiçoar a equidade, exatidão e responsabilidade do jornal, empenhar-se para melhorar a qualidade, funcionar como crítico interno, representar o leitor, alertar o diretor de Redação sobre as queixas e escrever para o público sobre as linhas, as posições e as atividades do jornal (COSTA, 2006, p. 31-32).

São essas características que veremos nos relatos dos jornalistas Alarico Correia Neto (2018), Carmélio Reynaldo (2018) e Rubens Nóbrega (2018) durante suas experiências como *ombudsman* do jornal *Correio da Paraíba*. A primeira fase dos ouvidores no periódico, de 1991 a 1993, é marcada pela produção dos relatórios internos, pela publicação da coluna (Re) Visão, a compreensão dos editores e pela baixa interação com o leitor. A segunda fase, com Rubens Nóbrega, destaca-se pelo tom mais contundente da coluna, a permanência dos boletins, a participação e publicação dos comentários dos leitores no próprio jornal e o clima instável com os editores, com sinais de possível censura.

Anterior ao *Correio da Paraíba*, observamos a experiência de crítica de mídia, implementada no jornal semanal *A Tribuna*, na coluna “Fidibeque”, na análise dos periódicos paraibanos, a partir dos critérios jornalísticos e da deontologia da profissão. A coluna era escrita pelos jornalistas Alarico Correia Neto e Fernando Moura. Em pouco mais de um ano de atuação, os críticos decidiram encerrar as verificações após a direção do semanário sofrer pressão por parte de editores dos jornais sobre os quais escreviam. O trabalho desenvolvido pelos jornalistas inicia o movimento de crítica de mídia, que seria visto pouco anos depois no *Correio da Paraíba*, com restrições no material de análise e já na configuração de *ombudsman*.

2. Relações da imprensa com o poder e o surgimento do Ombudsman na Paraíba

Na década de 1980, a Paraíba vivia um conturbado cenário político. Em maio de 1982, Tarcísio Burity (PDS) encerrava seu primeiro mandato como governador do Estado, em pleno Regime Militar no Brasil (1964-1985). Dois anos antes do pleito, Wilson Braga (PDS), liderança política com oito mandatos consecutivos de deputado estadual e federal, já anunciava a sua candidatura ao governo. O político venceu a primeira eleição direta depois do golpe de 1964, disputado com Antônio Mariz (PMDB). Adeptos de ideologias políticas conflitantes, Braga iniciou uma campanha para destruir politicamente Burity, eleito deputado federal no mesmo ano e reafirma as velhas práticas políticas de clientelismo no estado.

Durante a gestão de Braga, um outro fantasma assombraria a política paraibana, a morte do diretor do *Correio da Paraíba*, Paulo Brandão, primo e sócio do empresário Roberto Cavalcanti, que comandavam juntos o complexo empresarial englobando a fábrica *Polyutil* e o *Sistema Correio de Comunicação*. Paulo Brandão foi assassinado em 13 de dezembro de 1984 e as investigações da Polícia Federal apontaram Wilson Braga como participante e provável autor intelectual do crime. A morte teria sido motivada por uma série de denúncias de supostos escândalos de corrupção na gestão de Braga. Os acusados do assassinato foram presos e julgados dez anos depois.

Com uma campanha favorável a Tarcísio Burity e uma postura de oposição a Wilson Braga, o *Correio da Paraíba* tornou-se um panfleto, mais que um jornal. De 1981 a 1989 o editor do periódico era jornalista Rubens Nóbrega, que se afastou do jornal depois da postura adotada pela empresa e só retornaria em 1991, com a proposta de uma reforma na estrutura editorial do *Correio da Paraíba*, intitulado de “Projeto Líder”. Entre outros pontos, a iniciativa do jornalista previa o surgimento da figura do *Ombudsman*, inspirado no pioneirismo da *Folha de S. Paulo*, em 1989.

Fiz um projetinho chamado Projeto Líder. Na época, fazia sucesso entre nós o ombudsman da Folha de S. Paulo, que todo mundo gostava de ler. Pensei: “Acho dá pra fazer um negócio desse aqui”. Fiz o convite aos professores Carmélio Reynaldo e Alarico Correia Neto para que atuassem como ombudsman do jornal, mas ao mesmo tempo críticos da própria feitura, do processo de fazer jornal. Eles faziam boletins internos. E foi aí que nasceu a coluna semanal, (Re) Visão, inclusive havia uma diferenciação com um dégradé nas letras. Mike Deodato que desenhou a cabeça da coluna, que foi a primeira experiência de ouvidoria na Paraíba. E isso era feito por Carmélio Reynaldo e Alarico Correia Neto, que eram os ombudsmans. Em contrapartida, o jornal imprimia o Questão de Ordem, o jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (NÓBREGA, 2018).

Em pesquisa de Mestrado, Rosas (2015) registra que o superintendente do jornal *Correio da Paraíba*, Alexandre Jubert, também reivindica para si a implantação do ombudsman na redação. “Além das mudanças na redação, o *Correio* também sofreu alterações logísticas e de marketing, como mudança na entrega e circulação do jornal. Entre as mudanças, novidades e novas estratégias do projeto Líder constava o ombudsman”.

Na época, Alarico Correia Neto e Carmélio Reynaldo eram professores do curso de Comunicação Social da UFPB. Mesmo com a nova atividade e o convênio firmado, os docentes não tiveram dispensa de carga horária na universidade. A experiência de Alarico Correia Neto como *ombudsman* durou um ano e a de Carmélio Reynaldo, dois. Durante esse período, produziram relatórios - inicialmente diários e em seguida semanais, até a sua extinção - e a coluna (Re) Visão, publicada aos domingos.

Eu cuidava mais da parte técnica do jornal e Carmélio ficava mais na parte política, ideológica, com essas observações, com o que o jornal assumia como postura editorial e no que ele achava que o jornal estava exacerbando, alguma posição não condizente com o jornalismo, ele atacava no artigo. E eu ficava verificando os erros técnicos. Quando tinha um assunto que ele achava que eu tinha mais afeição, tinha mais identificação com assunto, pedia pra fazer o comentário, mas geralmente aquele comentário sobre o jornal de um modo geral, a parte política, era Carmélio quem fazia (CORREIA NETO, 2018).

O assunto principal a ser analisado na coluna dominical era escolhido pelos próprios *ombudsmans*. Segundo Carmélio Reynaldo (2018), os dois observavam o assunto considerado o mais importante da semana, podendo ser o “erro” ou o “acerto” do jornal. Entre as críticas positivas realizadas pelos ouvidores está uma matéria sobre o primeiro sequestro ocorrido em João Pessoa, o caso das turmalinas azuis e uma série de reportagens sobre o tráfico de bebês para a Europa. Além da análise principal, os *ombudsmans* também faziam notas pequenas chamando atenção para outros aspectos das edições.

A experiência do jornalista Rubens Nóbrega como *ombudsman* ocorreu em 1995, inicialmente sob a editoria de Giovanni Meireles e, em seguida, de Lena Guimarães. O estilo de *ombudsman* adotado por ele era mais contundente do que o seguido por Carmélio Reynaldo e Alarico Correia Neto. O artigo de estreia, intitulado de “É o jornal do PMDB?”, refletia a postura que seria adotada pelo “fiscal do leitor”. Além da coluna, o jornalista produzia um boletim interno. O acordo contratual formalizado pelo ombudsman com a direção do *Correio da Paraíba* firmava que a coluna duraria um ano, po-

dendo ser renovado por mais um mandato e também com multa rescisória. A passagem de Rubens Nóbrega como *ombudsman* do jornal durou dez meses, devido a questões internas relacionadas a função do crítico.

3. A reação dos jornalistas às críticas

A produção de relatórios e boletins internos fazia parte das atividades do *ombudsman*, além da redação da coluna com a exposição pública dos erros do jornal *Correio da Paraíba*. O impacto da crítica era sentido pelos *ombudsmans* no relacionamento com os jornalistas, como afirma Alarico Correia Neto sobre a recepção por parte desses profissionais. Na maioria das vezes, o que saía em (Re) Visão e no material distribuído internamente era recebido de forma negativa: “A gente notou que o dissabor era mais entre os jornalistas. Comentava até alguns deslizes de concordância, a parte gramatical e isso chamava atenção. O pessoal ficava muito chateado. Fizeram até charge com a gente” (CORREIA NETO, 2018).

O papel dos *ombudsmans*, somadas as atividades acadêmicas, mais a resistência na redação, encurtaram a primeira fase de experiência dos críticos no *Correio da Paraíba*. Embora não trabalhassem no mesmo ambiente que os jornalistas e com uma editoria favorável a atuação dos ouvidores - inicialmente capitaneada por Rubens Nóbrega, em seguida por Walter Santos e Giovanni Meireles - a presença dos *ombudsmans* incomodava, como relata Carmélio Reynaldo: “Além de dar muito trabalho, se eu não ganhei inimigo, eu perdi amigos, porque, realmente, depois de um certo tempo, a gente entrava na redação estava todo mundo assim, com uma certa hostilidade do ar” (FERREIRA, 2018).

Na segunda experiência, já com Rubens Nóbrega, em 1995, além da má recepção dos boletins internos entre os jornalistas, o *ombudsman* também enfrentava problemas com a direção do jornal.

Eu tinha contra mim a redação e a própria direção, no meio uma editoria, dependendo do humor, tentavam segurar as pontas, mas depois começaram umas coisas estranhas. O editor uma vez, eu fiz uma crítica tão contundente, eu não me lembro mais nem o que era, ele tirou, capou, picotou, um trecho do meu texto. Eu denunciei. Quando Lena Guimarães entrou também, piorou muito. Se Giovanni Meireles já era refratário, imagina ela. Ficou aquele negócio muito ruim, uma relação muito ruim. Durou dez meses, era pra durar um ano, podendo ser renovado, com um contrato, a gente fez um contrato,

com multa rescisória, mas não durou por conta disso, não havia cultura de tratar com essas situações. Expor o jornal, se expor, pegar uma pessoa, um jornalista, que quisesse expor, digamos assim, criticar o perfil, a condução editorial e, realmente, eles não aceitaram muito bem isso. (NÓBREGA, 2018).

Mesmo com o incômodo dos jornalistas com as críticas, os ombudsmans acreditam que os boletins, relatórios e a coluna trouxeram contribuições. Rubens Nóbrega, editor na época que Alarico Correia Neto e Carmélio Reynaldo atuaram como críticos, define o trabalho dos professores como uma aula semanal para os profissionais da redação. Enquanto *ombudsman*, as interferências de Rubens Nóbrega diziam respeito aos aspectos ligados as técnicas do jornalismo, já no caso dos professores, a abordagem era mais ampla.

De certa forma, eu acho que melhorava [o jornal]. Uma das coisas que me lembro bem, foi até o título da minha coluna com “Amigo não mata amigo”, porque era danado para dizer, o “cara estava bebendo com o amigo e matou”. Foi uma das coisas que eu me lembro bem, o jornal parou de colocar isso nas matérias. Teve algumas coisas assim com relação a preconceito, machismo, em algumas matérias que a gente foi chamando atenção e nesse caso eu tive uma interlocução muito boa com Lena Guimarães. Ela, às vezes que me chamava atenção, “olha Carmélio, saiu isso, saiu aquilo”. Eu ia lá e criticava. O jornal começou a ter mais cuidado. Eu acho que no final, quando terminou, tinha melhorado bastante a qualidade, o cuidado também com a qualidade do texto, coisas desse tipo (FERREIRA, 2018).

Mesmo satisfeito com a atividade, Carmélio Reynaldo aponta em seu depoimento que o clima desconfortável com os jornalistas na redação dificultava a convivência, o que também parecia influenciar nas análises dos ouvidores. Segundo ele, embora tentassem amenizar, além de fazer uma crítica do trabalho dos colegas, a exposição pública agravava o quadro e feria o ego dos profissionais na redação.

4. A recepção dos leitores ao *ombudsman*

A primeira fase da experiência do *ombudsman* no *Correio da Paraíba* é marcada pelo baixo engajamento dos leitores com a coluna. De acordo com Carmélio Reynaldo, o pouco envolvimento do público decorreu mais por responsabilidade do jornal, já que este não montou uma estrutura efetiva de acesso do público aos críticos, além do contato disponível na própria coluna publicada aos domingos. Segundo ele, nos dois anos que atuou, contabiliza apenas o recebimento de dez cartas, nas quais a maior parte trazia

críticas ao *ombudsman*. De acordo com o professor, o retorno vinha de pessoas próximas.

Carmélio Reynaldo ainda lembra que em um dos dois anos que esteve na função, o jornal retirou o espaço da *Carta do Leitor*. O professor desconhece as motivações da direção do periódico para o fim das publicações. “Atender ao leitor” é uma das obrigações do *ombudsman*. Como não havia, de fato, essa interação, as decisões sobre a coluna eram tomadas em conjunto entre os críticos e com o pouco *feedback* recebido.

Já Alarico Correia Neto afirma que a maioria dos leitores aprovavam a coluna, embora houvesse contestações. O jornalista relembra um caso no qual foi procurado por um oficial da polícia, assíduo leitor da coluna, quando da criação de uma revista voltada para os militares. O oficial entregou um exemplar para que o *ombudsman* analisasse a publicação para saber se ela atendia as exigências das normas técnicas do jornalismo.

Na segunda experiência de *ombudsman* no *Correio da Paraíba*, com Rubens Nóbrega, a participação dos leitores foi maior, de acordo com o relato do jornalista. O crítico chegava a publicar o conteúdo de cartas enviadas para a coluna.

Na época, recebia muitas cartas, sugestões. Uma me recordo bem, foi a de um cidadão que se identificou como El Cid. E essa cara escrevia tão bem, mais tão bem, que até hoje eu me sinto orgulhoso porque muita gente achava que eu era o próprio El Cid, que eu tinha inventado esse personagem. Na verdade, não era isso, era realmente um intelectual que tinha, a gente sentia no texto dele, uma densidade intelectual fantástica. Ele escrevia muito bem e batia na canela, no fígado, bem certinho no ponto. Comecei a publicar, dentro da coluna *ombudsman*, a colher colaborações desse tipo, nesse nível e eram muito boas. E outros caras, até a própria players de intelectuais, começaram a também querer colaborar, embora alguns não tivessem o mesmo nível de El Sid (NÓBREGA, 2018).

Durante o seu mandato como *ombudsman*, Rubens Nóbrega propôs a criação de um Conselho de Leitores, formado por representantes de sindicato, estudantes da universidade, entre outros membros, e também o projeto Aula de Jornal, que levaria algumas noções jornalísticas para as escolas. As duas iniciativas não chegaram a serem efetivadas. O jornalista credita o insucesso ao desinteresse do jornal. Uma outra proposta, desenvolvida pelo *Correio da Paraíba* e com a participação do jornalista, foi a fundação de um Conselho de Notáveis, composto pelo fundador do jornal, representantes da justiça, de instituições religiosas, professores da universidade, membros da Academia Parai-

bana de Letras, entre outros intelectuais da cena paraibana. Esse projeto também não prosperou.

Ao observar a prática do ombudsman no *Correio da Paraíba*, Carmélio Reynaldo acredita que o trabalho desenvolvido assemelhava-se mais a um observatório de mídia, do que propriamente a crítica de mídia. De acordo com o professor, “você faz, na verdade, um papel de amortecer as relações entre o público e a redação. Dá a impressão para o público que você está criticando, mas nem sempre a crítica é tão contundente” (FERREIRA, 2018). Segundo Christofolletti (2011, p. 4), “enquanto o ombudsman atua como crítico especializado e como representante do público, os observatórios funcionam como arenas onde coberturas são discutidas, condutas são avaliadas e polêmicas, instauradas”. Para Rubens Nóbrega, a figura do *ombudsman* era vista mais como marketing para o jornal do que propriamente um ganho para o leitor.

5. Correio da Paraíba x A Tribuna: de quem é o pioneirismo paraibano?

Ainda que a experiência de Carmélio Reynaldo e Alarico Correia Neto, no *Correio da Paraíba*, seja considerada a primeira de *ombudsman* na Paraíba, um fato novo questiona esse pioneirismo. Em seu depoimento, Alarico Correia Neto lembra ter feito uma coluna idêntica no jornal semanal *A Tribuna*, por volta dos anos de 1985, 1986, com Raimundo Nonato como editor. Intitulada de “Fidibeque”, aportuguesamento do termo *feedback*, a coluna era escrita pelos jornalistas Alarico Correia Neto e Fernando Moura. No periódico, os críticos faziam uma avaliação geral da imprensa paraibana.

Na época, o termo *ombudsman*, trazido pela *Folha de S. Paulo*, em 1989, ainda não existia, mas conceitualmente eram semelhantes, como “fazer a crítica dos meios de comunicação”. Os jornalistas abordavam as temáticas mais políticas e o comportamento da imprensa nos relatos que envolviam os gestores das esferas municipal e estadual. Entre outros pontos, os críticos analisavam se as matérias seguiam o procedimento ético do jornalismo, assim como a *Folha*.

A rigor, tecnicamente, a coluna foi a primeira a ter uma abordagem autocrítica com relação a imprensa. Eu não diria que era um *ombudsman* porque não foi contratado, não teve esse viés específico de ser *ombudsman* e fazer auto-crítica de *A Tribuna*. Era uma coluna de variedades da mídia, de uma forma

geral. A gente abordava a análise dos jornais, das revistas, das rádios, da televisão que ainda estava iniciando e dos bastidores da imprensa. A gente circulava muito. Era um período que os jornalistas se encontravam muito nos restaurantes, nos bares, nas coletivas, na Associação Paraibana de Imprensa e circulava muita informação. Então, o que nos cabia, a mim e a Alarico era fazer essa triagem, ter uma abordagem analítica, com um viés em alguns momentos até de acidez, outros de sátira, de humor, uma coisa mais leve e também tinha coisas pesadas. Tanto é que quem leu ou gostou muito ou detestou muito, não teve um meio termo (MOURA, 2018).

A vida útil do crítico de mídia em *A Tribuna* também foi curta. Se na década de 1990, mesmo com o *marketing* do *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, a inserção de uma coluna de crítica não durou por mais de dois anos e se restringiu ao *Correio da Paraíba*, a existência de uma experiência anterior demonstra ainda maior resistência e falta de estrutura da imprensa paraibana para receber um retorno sobre as suas práticas.

A gente deixou de fazer a coluna porque sofremos pressão, fizeram pressão em cima de Raimundo Nonato e a gente deixou de escrever. Parece que foi por causa de um artigo que Fernando Moura escreveu sobre o jornal *O Norte*. Houve uma crítica que ele fez e não agradou. Botaram pressão no jornal e a gente teve que deixar de escrever. Lá a gente fazia uma avaliação geral. No *Correio* era mais sobre o *Correio* e os fatos que não eram exclusivamente do jornal (CORREIA NETO, 2018).

A análise envolvia além de *O Norte*, empresários de outros veículos de comunicação. Fernando Moura avalia que a exposição sofrida pelos donos das empresas no semanário tenha contribuído para o fim da coluna: “Os que detestaram saíram vitoriosos porque a coluna só durou quatro edições, quatro finais de semana, foram quatro páginas inteiras” (MOURA, 2018).

De acordo com Fernando Moura, “Fidibeque” tinha um caráter pedagógico, político, cultural e histórico. A coluna existiu durante um forte período de movimentação política, como as campanhas para eleição da Assembleia Constituinte e para os governos municipal e estadual. O cenário local e nacional, segundo o jornalista, refletia nas abordagens dos veículos de mídia paraibanos.

6. Considerações finais

No Norte/Nordeste, a experiência do *Correio da Paraíba*, iniciada em 1991 até 1993, prolongada por mais um período em 1995, pode ser considerada pioneira na região com o *ombudsman*. No entanto, o título é creditado ao diário cearense *O Povo*, que anunciou e implementou o *ombudsman* no jornal em 1993 e 1994, respectivamente.

Vale registrar que a coluna “Fidibeque”, do semanário *A Tribuna*, ensaiou essa prática na Paraíba por volta 1985, 1986, antes mesmo da *Folha de S. Paulo*, com os jornalistas Alarico Correia Neto e Fernando Moura como os primeiros *ombudsmans* ou críticos de mídia paraibanos.

Mesmo com a ausência de um contrato específico, tendo em vista que os críticos adotam diferentes métodos, as características da coluna condizem com alguns dos objetivos e deveres de um ouvidor, definidos pelas Diretrizes para Ombudsmans de Imprensa (1982), da Organização Mundial dos Ombudsmans de Imprensa. A experiência de “Fidibeque” daria base para o trabalho desenvolvido em (Re) Visão, neste, já com uma abordagem também voltada para o próprio jornal.

Tanto em *A Tribuna*, como no *Correio da Paraíba*, os jornalistas enfrentaram as dificuldades de atuar em uma imprensa com relações muito estreitas com o poder e a política local, daí a necessidade do *ombudsman* como funcionário independente, como Alarico Correia Neto e Carmélio Reynaldo, professores universitários. A curta experiência de Alarico Correia Neto e Fernando Moura, à frente de “Fidibeque”, por pressões do empresariado, após a exposição de suas práticas profissionais e comerciais, também pode indicar a razão pela qual a figura do “defensor do leitor” não tenha sido criada em outros veículos de imprensa do estado, além do *Correio da Paraíba*.

Referências

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Como fica a crítica de mídia com as novas mídias**. Observatório da imprensa. São Paulo, a.14, n.671, 2011.

CORREIA NETO, Alarico. **Entrevista**. [jun. 2018]. Entrevistador: Sandra Moura. João Pessoa. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

COSTA, Caio Túlio. **Ombudsman: O Relógio de Pascoal**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

FERREIRA, Carmélio Reynaldo. **Entrevista**. [jun. 2018]. Entrevistador: Sandra Moura. João Pessoa. 1 arquivo .mp3 (60 min.).

GIAGRANDE, Vera; FIGUEIREDO, José Carlos. **O cliente tem mais do que razão: A importância do ombudsman para a eficácia empresarial**. 2.ed. São Paulo: Editora Gente, 1997.

MENDES, Jairo Farias. **O ombudsman e o leitor**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2002.

MOURA, Fernando. **Entrevista**. [jul. 2018]. Entrevistador: Marcella Machado. João Pessoa. 1 arquivo .mp3 (10 min.).

NÓBREGA, Rubens José Barbosa da. **Entrevista**. [jun. 2018]. Entrevistador: Sandra Moura. João Pessoa. 1 arquivo .mp3 (60 min.).

RAMOS, Bui. **Burity**: Esplendor e Tragédia. João Pessoa: Editora Santa Marta, 2008.

ROSAS, Juliana Amorim. “Os cães ladram, a caravana passa e ao menos ao leitor se deve reverência: o pioneirismo regional do ombudsman paraibano entre críticas estratégicas e conflitos de ethos”. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.